REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Atendimento Educacional Especializado: um olhar para a educação escolar indígena (Guarani/Kaiowá) e inclusiva no Município de Amambai-MS

Specialized Educational Service: a look at indigenous (Guarani/Kaiowá) and inclusive school education in the Municipality of Amambai-MS

Servicio Educativo Especializado: una mirada a la educación escolar indígena (Guaraní/Kaiowá) e inclusiva en el Municipio de Amambai-MS

Maria Adriana Torqueti Rodrigues
Universidad de Salamanca/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (USAL/UEMS)
Dourados; Mato Grosso do Sul / Brasil.
E-mail: adritorquete@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-0044-0793

Racquel Valério Martins
Universidade Federal da Grande Dourados/Asociación de los Alumnos Brasileños de la Universidad de Salamanca (UFGD/ABS-USAL)
Dourados; Mato Grosso do Sul / Brasil.
E-mail: racquelvm@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6865-7592

Aparecida Benites
Universidade Estadual de mato Grosso do Sul/Secretaria Municipal de Educação/ Amambai. (UEMS/SEMED).
Amambai; Mato Grosso do Sul / Brasil.
E-mail: kaiowacida@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-6345-0796

Resumo: A educação escolar indígena vive de uma luta constante por seus direitos constitucionais e linguísticos, e pelo reconhecimento por uma educação diferenciada, intercultural e bilingue, que atenda às necessidades da comunidade local, regional e em âmbito nacional. Essa pesquisa teve como objetivo realizar uma análise da educação inclusiva na modalidade Educação Escolar Indígena no município de Amambai-MS, nos anos de (2020-2023). Foi realizada pesquisa documental com abordagem qualitativa, tendo como material de análise, planilhas dos atendimentos individuais da educação especial

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

indígena pela escola alvo desta pesquisa. Realizou-se ainda, entrevista com uma pessoa da comunidade, Ñandesy (líder religiosa) e com uma servidora pública. Finalizamos com o entendimento de que, com relação ao estudante especial para o Guarani/*Kaiowá* leva-se em consideração as questões culturais dos mais antigos, valores estes que precisam ser incorporados ao modelo pedagógico da escola indígena. Consideramos que as políticas educacionais, especificamente as voltadas para a educação especial/indígena, precisam ser pensadas e repensadas entre outras políticas públicas, como as da saúde e social principalmente. Esperamos que a partir destes dados aqui apresentados, esta pesquisa seja um instrumento de orientação a outros pesquisadores, um convite a mergulhar neste universo das crianças especiais/indígenas, para que assim assegure o direito, a aprendizagem, o bem-estar social, e inclusão, respeitando as especificidades de cada etnia, para que assim seja eliminado a invisibilidade destes alunos no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Indígena; Educação Inclusiva; Modalidade de Ensino.

Abstract: Indigenous school education lives from a constant struggle for their constitutional and linguistic rights, recognition for a differentiated, intercultural and bilingual education, which meets the needs of the local, regional and national community. The objective of this study was to carry out an analysis of inclusive education in the modality: Indigenous School Education in the municipality of Amambai-MS,in the years (2020-2023). Documentary research was carried out with a qualitative approach, having as analysis material, spreadsheets of individual attendances of indigenous special education by school targeted by this research. An interview was conducted with a person from the community (Nandesy) and with a public servant. We conclude with the understanding that the special student for the Guarani/Kaiowá takes into account the cultural issues of the elders, values that need to be incorporated into the pedagogical model of the indigenous school. The SEMED-Amambai team works for a special/inclusive indigenous school education of equity! We consider that educational policies, specifically those focused on special/indigenous education, need to be thought and rethought among other public policies, especially health and social policies. We hope that from these data presented here, this research will be an instrument of guidance to other researchers, an invitation to dive into this universe of special/indigenous children, so that it ensures the right, learning, social well-being, and inclusion, respecting the specificities of each ethnicity, so that the invisibility of these students in the school context is eliminated.

Key word: Indigenous Education. Inclusive Education. Teaching Modality.

Resumen: La educación escolar indígena vive de una lucha constante por sus derechos constitucionales y lingüísticos y por el reconocimiento de una educación diferenciada, intercultural y bilingüe, que atienda las necesidades de la comunidad local, regional y nacional. El objetivo de este estudio fue realizar un análisis de la educación inclusiva en la modalidad Educación Escolar Indígena en el municipio de Amambai-MS, los años (2020-

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

2023). La investigación documental se realizó con un enfoque cualitativo, teniendo como material de análisis, hojas de cálculo de las asistencias individuales a la educación especial indígena por la escuela a la que se dirige esta investigación. Se realizó una entrevista a una persona de la comunidad (Nandesy) y a un servidor público. Concluimos con el entendido de que el estudiante especial para los guaraníes/kaiowá tiene en cuenta las cuestiones culturales de los mayores, valores que deben ser incorporados al modelo pedagógico de la escuela indígena. El equipo de SEMED-Amambai trabaja por una educación escolar indígena especial/inclusiva y de equidad. Consideramos que las políticas educativas, especificamente las enfocadas en la educación especial/indígena, necesitan ser pensadas y repensadas entre otras políticas públicas, especialmente las políticas sanitarias y sociales. Esperamos que a partir de estos datos aquí presentados, esta investigación sea un instrumento de orientación para otros investigadores, una invitación a sumergirse en este universo de niños especiales/indígenas, de manera que garantice el derecho, el aprendizaje, el bienestar social y la inclusión, respetando las especificidades de cada etnia, de manera que se elimine la invisibilidad de estos estudiantes en el contexto escolar.

Palabras Clave: Educación Indígena; Educación inclusiva; Modalidad de enseñanza.

Data de recebimento: 16/03/2024
Data de aprovação: 15/12/2024

DOI: 10.30612/riet.v4i2.18165

Introdução

A Educação Especial, foi regulamentada como modalidade de ensino no sistema educacional brasileiro por meio da Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), onde teve seu reconhecimento pela LDB (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a modalidade da Educação Escolar Indígena surgiu a partir da década de 1970, iniciou-se por meio do movimento dos povos originários, com apoio de setores da igreja, das missões jesuíticas, universidades e ONGs, e de movimentos indígenas internacionais pelo direito à diferença, à terra, à saúde e à educação diferenciada, contraponto ao projeto colonizador da escola tradicional. As duas modalidades são frutos de lutas históricas que culminaram no reconhecimento do direito à educação escolar dos povos originários, bem como das pessoas com deficiências, ou seja, pelo reconhecimento das diferenças e da diversidade.

As articulações entre Educação Especial e Educação Escolar Indígena constituem-se em diretrizes recentes no campo educacional brasileiro (BRUNO; SÁ; SOUZA, 2021; SÁ; RIBEIRO; GONÇALVES, 2023; NOZU; PETELIN; SÀ, 2023). Em um ponto, tem-se a

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Educação Especial, destinada aos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação e definida como uma:

> [...] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11; NOZU; PETELIN; SÁ, 2023, p. 414). Em outro ponto, tem-se a Educação Escolar Indígena, voltada aos povos indígenas e compreendida a partir de quatro características: comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada (BRASIL, 1998). Conforme Sá, Ribeiro e Gonçalves (2023, p. 4; NOZU; PETELIN; SÁ, 2023, p. 415). Em outros casos, como os Transtornos Funcionais Específicos (TFE), a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento dos estudantes (BRASIL, 2008).

A Constituição Federal de 1988 estabelece o pluralismo de ideias e a Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB) de 1996 coloca entre os princípios da Educação, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Além disso o Plano Nacional de Educação (PNE) reforça a promoção da diversidade e a necessidade de erradicar TODAS as formas de discriminação como orientação para o ensino brasileiro.

Como já citado anteriormente, a escolarização da pessoa indígena com deficiência1[1] surgiu na política educacional brasileira recentemente, sobretudo nas discussões da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Recomenda-se que todas as crianças sejam incluídas nas escolas regulares, com garantia de acesso, participação e aprendizagem, garantindo atendimento da educação especial em todos os níveis de ensino, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e formação de professores e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, além de outras recomendações. Prescreve os serviços de tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os estudantes da escola, bem como de professores de apoio para o acompanhamento cotidiano em sala de aula, professores especialistas para o AEE, materiais pedagógicos específicos e parcerias com outros serviços ofertados no âmbito das secretarias de saúde e da assistência social.

[1] A LBI (Lei Brasileira de Inclusão), defini deficiência, alinhando-se à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Considera que, a deficiência resulta da interação entre impedimentos de longo prazo - físicos, sensoriais, intetectuais ou mentais - e as barreiras sociais e ambientais que limitam a participação plena e efetiva dessas pessoas em igualdade de condições com as demais.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

É possível afirmar que falar de Educação em uma perspectiva inclusiva, equitativa e de qualidade se apresenta como uma temática instigante nos dias atuais, pois o contexto da pandemia, nos deixou evidente um futuro que é um verdadeiro desafio, deixou escancarada a diferença das classes entre as pessoas, além dos impactos sociais, do isolamento e das perdas, causou lapsos de memória, depressão, ansiedade com aumento significativo de afastamento de diversos profissionais na área da educação e saúde principalmente.

A diversidade envolve a variedade cultural manifestada através da linguagem, do comportamento, do vestuário, das crenças, dos valores, dos posicionamentos políticos, da orientação sexual, das tradições, das artes e de toda forma de expressão. Baseados, portanto, na CF-1988, na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, na Declaração de Salamanca, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, fazemos uma relação com as pedagogias de Paulo Freire e Celestin Freinet, Educadores Humanistas que defendem o conhecimento da realidade dos alunos e do entorno dos mesmos , pois consideramos que a diversidade em todos seus âmbitos merece uma atenção.

Os povos originários distinguem a educação escolar, da educação indígena. A educação indígena está relacionada aos costumes e saberes culturais específicos da etnia a qual cada indivíduo pertence, como por exemplo, aqui neste trabalho estamos nos referindo aos povos das etnias Guarani e Kaiowá. Quanto à educação escolar indígena estão se referindo ao acesso aos conhecimentos escolares, aos saberes enquanto cidadãos de direitos na sociedade dos não-indígenas, e lutam por uma educação escolar que mantenha a cultura linguística, das artes e dos saberes vivos.

A Constituição Federal de 1988, especificamente no segundo parágrafo do artigo 210, garante aos povos originários o direito de ensino-aprendizagem, com base na construção coletiva de conhecimentos, que reflita as expectativas e interesses de cada grupo étnico, no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições dos seus processos próprios de transmissão do saber, com características próprias e diferenciadas, respeitadas e reforçadas suas especificidades (BRASIL, 1988). A educação escolar indígena, visa desconstruir o modelo de educação escolar eurocêntrico estabelecido

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

para as populações indígenas, propondo uma educação voltada para a valorização dos saberes tradicionais (MORAIS; PALMA, 2019; p. 223).

> A Educação Especial é considerada uma modalidade de ensino, que deve perpassar da Educação Básica à Educação Superior, com a finalidade de assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação – considerados Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). As políticas atuais de Educação Especial têm priorizado a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma complementar e/ou suplementar, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), no contraturno da escolarização (BRASIL, 2008; NOZU; RIBEIRO; BRUNO, 2018; p. 319).

A educação inclusiva é um direito comum a todos os povos e vem sendo um desafio para a sociedade, principalmente para os profissionais da área da educação escolar indígena, que visam inserir os estudantes na sala de aula e que estes sejam acolhidos por todos, com professores especializados para o atendimento individual, ou ainda que seja coletivo, com dois ou três estudantes que tenham laudos específicos, que dê o direito a ter o professor auxiliar especializado de acordo com cada especificidade de cada educando para ser atendido por uma educação que é chamada de especial/inclusiva. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo realizar uma análise da educação inclusiva na modalidade Educação Escolar Indígena no município de Amambai-MS, nos anos de (2020-2023), considerando que a educação escolar indígena vive de uma luta constante, por seus direitos constitucionais e linguísticos, pelo reconhecimento por uma educação diferenciada, intercultural e bilingue, que atenda às necessidades da comunidade local, regional e em âmbito nacional. Neste viés de pensamento, esperamos contribuir com a Educação Escolar Indígena e Especial/Inclusiva.

Metodologia

O trabalho investigativo iniciou-se por uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, tendo como material de análise, planilhas utilizadas nos atendimentos individuais da educação inclusiva das escolas alvo desta pesquisa, ao decorrer dos anos de 2020 a 2023, o que nos levou a entender quão, importante e rica fonte de informações sobre o assunto aqui estudado, favorecendo assim a utilização, destas que são de uso individual da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Amambai-MS). Realizou-se diálogos com uma pessoa da comunidade, Ñandesy (líder religiosa), e com uma servidora pública, que dedica sua vida profissional há duas décadas à educação especial, como relatou em uma de suas

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

falas: **"trabalho por uma educação de equidade",** importante salientar aqui que, ambas as pessoas entrevistadas, autorizaram a descrição de suas falas e nome nesta pesquisa. Os diálogos foram acontecendo espontaneamente, reproduzimos o que achamos importante e conveniente a esta pesquisa.

A investigação contempla a realidade da educação inclusiva no município de Amambai que se localiza na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, na Microrregião Geográfica de Dourados, que faz fronteira com os municípios de Aral Moreira, Laguna Carapã, Caarapó, Juti, Naviraí, Iguatemi, Tacuru, Paranhos e Coronel Sapucaia, estando distante 354 km da capital Campo Grande, e sob domínio vegetacional da Mata Atlântica. A população estimada atualmente é de 39.396 habitantes (CIDADES-BRASIL, 2021). No município estão presentes 3 (três), terras indígenas (TI) habitadas por Guarani, Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva. A TI Limão Verde, tem área oficial de 660ha, e uma população estimada de 1.801 indígenas. A TI Jaguari, tem área oficial de 405ha, e uma população de 385 indígenas. E a TI Amambai, tem área oficial de 2.429ha e uma população de 8.036 indígenas. Assim, a população estimada considerando as 3 Tis é de 10.222 indígenas (Terras Indígenas no Brasil, 2023), que representam 25,9% da população amambaiense.

Organização das Escolas Indígenas no Município de Amambai-MS

A oferta da Educação Escolar Indígena, está organizada da seguinte forma: na TI (Terra indígena) Amambai há 2 escolas, sendo elas: Escola Municipal Indígena Mbo'erenda Ypyendy e E.M.P.I Mbo'eroy Guarani Kaiowa. Na TI Limão Verde a oferta da Educação Básica é realizada pela EM Polo Indígena Mbo'erenda Tupã'i Nandeva e sua extensão Brilho do Sol, que atendem o ensino fundamental I e II. Há também a extensão da E.E.P.I Mbo'eroy Guarani Kaiowá, que oferta o Ensino Médio. A TI Jaguari é atendida pela Extensão da EM Polo Indígena Mbo'erenda Tupã'i Nandeva (Dados coletados *in loco*). A Escola Municipal Indígena Mbo'erenda Ypyendy, está localizada na Aldeia Amambai, município de Amambai-MS, e no ano de 2022 possuía aproximadamente, 324 matrículas ativas (BRASIL; CENSO ESCOLAR INEP, 2022), e em 2023 um quantitativo de estudantes matriculados similar – variável a depender das alterações em decorrência de evasão e/ou outros fatores. No tocante a oferta do ensino, a escola está habilitada nas etapas iniciais da educação básica, com a Educação Infantil Pré I e Pré II – e o Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º Ano), e

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

atende aos estudantes nos horários da manhã e tarde. A escola também possui uma extensão, que oferece o ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental – Mitã Katupyry (BRASIL; SEMED Amambai-MS, 2020).

A pesquisa é uma pequena amostra iniciada em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação (Educação e Territorialidade) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) da primeira autora, em disciplina de estágio obrigatório para seu doutoramento em curso pela Universidade de Salamanca (USAL), sob orientação da segunda e colaboração da terceira autora. Vale ressaltar que a partir da mesma foi realizada uma escuta ativa com os professores indígenas das escolas de Amambai, onde pudemos conhecer o entendimento dos mesmos sobre o ser, estudante público alvo da Educação Especial. Estivemos reunidos na Escola Municipal "Mitã Rory", ficando esta como a ação que deu origem ao projeto intitulado "**Processos Formativos Interculturais no Contexto da Educação Especial e Inclusiva em Territórios Escolares Indígenas"** que introduzirá a temática da inclusão nas linhas de pesquisa do PPGET (Programa de Pós-Graduação Educação e Territorialidade), um trabalho que soma professores de diferentes faculdades da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). A Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) e a Faculdade de Educação (FAED), com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Amambai, organizaram o Encontro **"Escuta Ativa em Educação Especial e Inclusiva [*Ñembyaty ñehendu haguã joja rehegua Mbo'erenda ava kuéra mba'epe*]"**, realizado na Escola Municipal Indígena Mbo'erenda Ypyendy, localizada na Aldeia Amambai, no dia vinte de maio de 2023, com o objetivo de mapear as principais questões e problemáticas que dizem respeito à educação especial e inclusiva que permeiam os estudantes indígenas, bem como as principais dificuldades que afetam os professores da educação escolar indígena na efetivação das ações direcionadas a esse grupo de estudantes. O encontro reuniu 51 participantes, sendo: 15 discentes do PPGET; 6 docentes da UFGD que atuam na FAIND e FAED, 1 professora do Curso de Pedagogia Intercultural – Ara Vera (SED/MS) e 27 professores indígenas atuantes na Educação Básica. A proposta está diretamente vinculada aos territórios indígenas localizados no Estado de Mato Grosso do Sul e tem a intencionalidade de ampliar os registros sobre a realidade da educação especial inclusiva em algumas escolas indígenas Guarani Kaiowá e contribuir para a formação continuada de professores indígenas que atendem estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e outros transtornos específicos, apoiando

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

a efetivação da inclusão escolar nas comunidades indígenas, tendo como referência os elementos culturais e os modos de ser/fazer destes povos em diálogo com as políticas de inclusão escolar.

O estudante e/ou a Criança Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sob a Óptica dos Guarani/Kaiowás

As etnias Guarani e Kaiowá, são muitas vezes reunidas em um único grupo genérico chamado de Guarani-Kaiowá, que somados perfazem um total de 67.523 indivíduos e se configura na segunda maior etnia do Brasil em relação ao número de indivíduos. No estado do Mato Grosso do Sul, essa população indígena é a mais numerosa e está espalhada por diversas áreas, como terras indígenas, reservas indígenas, acampamentos e áreas de retomada de territórios tradicionais, sendo essas últimas consideradas áreas de conflito em diversos municípios do estado (COELHO; BRUNO, 2023, p.4).

As representações sociais e a visão cosmológica dos povos originários, aqui especificamente estamos nos referindo aos Guarani/Kaiowá, são importantes para suas comunidades, sobretudo por seus olhares e entendimento. A educação inclusiva deve adotar posturas e práticas que vão ao encontro das práticas sociais e sentidos cosmológicos indígenas, se comunicando com seu entorno e meio, adequando as possibilidades de transformações e vivências das comunidades escolares de forma equitativa.

Estudos apontam que o sujeito indígena com deficiência, muitas vezes, é visto pelos pais como um sobrevivente, com possibilidades de desenvolvimento para, inclusive, desempenhar papéis sociais em seus contextos comunitários (SOARES, 2009). Essas percepções transitam por entre a ideia de deficiência como algo inerente e ligado à alma da criança; sua inexistência no passado; formas de cura ou prevenção; ou ainda práticas de eliminação dessas crianças ao nascer (SOUZA, 2011; NOZU; RIBEIRO; BRUNO, 2018). Para os últimos autores,

> … tal concepção é envolta, principalmente, pela religiosidade e cosmovisão que permeiam a cultura indígena. Cumpre-nos problematizar a dupla exclusão pela marcação de origem e biológica que, muitas vezes, perpassa as representações sociais em torno do camponês com deficiência e pode constituir-se numa perversa justificativa para alijá-lo do gozo de diversos direitos, dentre eles o da educação escolar. (NOZU; RIBEIRO; BRUNO, 2018).

Para Lescano e Medeiros (2019), “o entendimento tradicional do kaiowá sobre o crescimento humano tem sua própria trajetória na linha cultural é constituída de várias

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

estruturas compostas de regras, que formam camadas, as quais determinam as fases". Todas as fases possuem as regras que devem ser cumpridas para que possam conviver em paz um com outro. Pois caso não obedeçam ou quebrem as regras ou alguns princípios culturais, podem provocar vários problemas na vida de um indivíduo. Uma delas é o nascimento da criança "imperfeita".

Segundo as regras dos Guarani e Kaiowá, para a criança nascer e crescer saudável os pais precisam respeitar as regras desde a gestação. Podemos observar tais regras no quadro abaixo.

Quadro 1: Regras dos Guarani e Kaiowá para a criança nascer e crescer saudável.

Durante Gestação	**Depois do Nascimento (Cuidados da mãe)**
• Jehovasa (BENZER) • Restrição de alimentação • Restrição de pegar (TOCAR) alguns animais • Pai proibido de realizar ALGUMAS ATIVIDADES como por exemplo, fazer casa, usar prego, enxada, foice • Mãe proibida de EXECUTAR TAREFAS COMO (tampar panela, fazer bolo) • Procurar jepichy TER SESSÕES DE MASSAGENS • Uso de Reza e Plantas medicinais	• Cuidado da mãe no RESGUARDO E SAÍDA DO RESGUARDO: sair ao pôr do sol e jogar cinzas de brasa aos poucos. Ter cuidado ao sair cuspir no meio da encruzilhada. • CINZAS: Espanta olhares curioso dos bichos. • SALIVA: Para que o vento apague as pegadas que fizeram. • Mulher não pode tomar banho na água fria, se não causa RECAÍDA. (DEPRESSÃO PÓS PARTO) • Deve se levantar cedo para não jejogua. (TORNAR IMPRESTÁVEL)

Fonte: Elaboração dos autores (2024)

Ñandesy Kuña Vera Rendy relata o seguinte sobre o surgimento da criança com deficiência entre os Guarani Kaiowás:

> 'Ma`etiro ojepota mitãkuña re ikuñatãi jave, upeagui ko yruku pema oi rembojahu arã há rembojegua va`earã ose'ymbove, si upeango ipyti`u chupe, ma'etirõ pe, pe yruku. Mitãkuña ikuñatãi jave ojeguarda arã, rehejai arã oguata pyhare opamba'e pytumbory ojepota hese... ko'angagua mitã Kuña sy ointe noñongatui imemby kuña há ko`anga upeagui Ijapaypay oje'eha, heta oime há upeva`e ndaha`eiri há`e Ñandejara, Ñanderu remimbou, ndaha`ei Guyra porã rejagaja. Ou oguejy ysoy jeropyrumango upea, já`e porã seramo ysoy ypy ñeropyru remimbou, pe ysoy jara remimboguejy ngo mitã upechagua... che jara tache perzona, nañe`e vairingo hese, upea remimboguejy kuengola upecha na ikanguei, ikangy pa rei. Ndo jerepetavei ñande cultura, ndaha`ei oi solo ñande culturante, upea gui oima guyra iporãmba'yva Ñande kuera ndive. Ñande rembi'u ave ndojehovasa veima há heta ave tapekue jara ipochyva, jaikuaava va`erã

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

> Ñembo`e remboro`y haguã mba'evai. Ko'anga oikuaava oi pohã, ñembo'e opama há upeagui opacha reintema ojeiko. Che paino erfinazo omombe`u akue ñande jaguereko mokoi yvaga, ñanderuvusu renda, iporãva memete oiko há ou upegui, há oi ave ikotape yvaga pe aña kuera há upegui ou ma'etiro ojepota haguã mitã kuñare há omboguejy haguã mitã ijapaypayva". [2]

Segundo Claudemiro Pereira Lescano*, ln* (LESCANO; MEDEIROS, 2019):

> Os Mba'e Tirõ descem do céu uma vez por ano para se alimentar de lixo e de outras coisas ruins que tem na mata e nos lugares por onde o ser humano não transita.

Nesse sentido a Kunã Vera Rendy afirma que as crianças "deficientes", são frutos do relacionamento sexual no plano espiritual do espírito do mal com a menina, sendo aquela criança que não possui um pássaro ou guardião, pois assim evidencia que a mãe dessa criança não respeitou o processo da primeira menstruação e foi amaldiçoada pelo espírito do mal.

Para tanto, vale explicar que na mitologia Guarani Kaiowá o mundo dos Deuses é dividido ao meio, de um lado fica os espíritos do bem e no outro fica o espírito do mal que segundo relatos do pai da Ñandesy, quando se quebra uma regra que protege o lado do bem o mal ganha força e espaço para descer ao mundo dos vivos e é desse erro que nasce as crianças consideradas amaldiçoadas ou crianças doentes. Essa concepção, mostrada no Quadro 2, e na ótica de alguns dos anciãos mais velhos dos Guarani Kaiowá entrevistados para esta pesquisa, exemplificado nesse artigo pelo relato da Ñandesy Kuña Vera Rendy.

Quadro 2: Regras dos Guarani/Kaiowás para a criança após o nascimento.

Depois do nascimento (Cuidado com a criança)	Pais que desrespeitaram o saber/tradição
✓ Ñemongarai (batismo)	**Mitã Rasykue (Criança doente)**

[2] **Tradução livre das autoras:** "O mal espírito se encanta com a menina na primeira menstruação, por isso precisa banhar-se com o Urucum e se pintar antes de sair de dentro de casa, porque o Urucum exala um cheiro que protege a menina. Quando uma menina menstrua pela primeira vez, tem que fazer o resguardo, não deixa andar de noite, se não os espíritos que vagam a noite se encantam por ela...Hoje em dia as mães mesmo não fazem mais os resguardo das filhas. Por isso tem filhos com deficiências. Tem bastante por aí, esses não é o Tupã que mandou, não são pássaros bons enviado por Tupã.Vem, desce, a origem do coró, para dizer a verdade é enviado pelo líder do coró, que vive em outro mundo, ele que envia esses tipos de crianças...Que Deus me perdoe! Não estou falando mal dele, mas... a criança que é enviado por aquele não possui osso para se desenvolver, fica tudo mole. A nossa cultura não se respeita mais, não é apenas a nossa cultura... por isso que mal pássaro vive entre a gente. Nossos alimentos não são mais abençoados, batizado, também tem bastante mal espirito que vagam nas estradas velhas que são bravas, traz doenças... tem que saber reza para espantar os maus espíritos. Agora, aqueles que sabem plantas medicinais, que sabem rezar estão acabando, por isso nós estamos caminhando sem direção. Meu finado compadre tinha me falado que temos dois céus, o lugar do "Ñanderuvusu", onde só vive as pessoas boas e perfeito e ao lado há um lugar onde vive os " Añakuera" e de la que vem os maus espirito para se encarnar na menina e enviar crianças com deficiências."

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

✓ Hery (nome indígena) ✓ Okambu (amamentação) ✓ Pohano (uso de plantas medicinais ✓ cuidado com o corpo e espiritual através da reza e canto (saúde). ✓ Tembi'u jehovasa (Purificar alimento) ✓ Ñembo'e jerekokuaa haguã (A educação da criança é o tempo todo) ✓ respeitar os anciãos respeitar os "jaras" (deuses das naturezas)	✓ Iporasy`a (apoderar) ✓ Ñemoyrõ (vida incompleta) ✓ Jepota (encantamento) ✓ ma`etiro (o mal espírito) ✓ Rasykue (doentio) ✓ tesanga (chorosa) ✓ johea (moleira aberta)

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Todo esse contexto foi vivenciado pela professora indígena especialista em Educação Especial, a terceira autora deste trabalho, lotada na secretaria municipal de educação, atualmente coordenadora dos profissionais de apoio e professores da sala de recurso das escolas indígenas do município de Amambai. No entanto, a segunda autora recorda, a importância que é combater o maniqueísmo por meio da educação. O maniqueísmo que corresponde a uma doutrina religiosa que surgiu das mãos de Mani, um sábio persa do século III, e que representa o bem *versus* o mal, cujo o modo de pensar é oportunista em todos os espaços humanos e tem deixado turva, por exemplo, a educação, nos fazendo perceber que até pessoas sofisticadas intelectualmente são levadas por essa onda maniqueísta, por tratar-se de uma tendência de reduzir a realidade, que é bastante complexa, a uma oposição radical entre o bem e o mal. (MARTINS, MELO, VILLA; 2018).

A Educação Escolar Indígena *versus* Deficiência: um desafio para o professorado

A educação escolar indígena que está em construção nas terras habitadas por povos Guarani e Kaiowá deve ser problematizada a partir dos aspectos históricos das comunidades, das suas lutas pelas terras e por escolas que considerem suas práticas culturais e linguísticas (COELHO e BRUNO, p.3; 2023). Os povos originários com o passar dos anos, se adaptaram com o mundo que está sempre em transformação, cheio de tecnologia e mesmo com "adequação", os indígenas são vistos como "atrasados", ou seja, os indígenas sempre foram alvos de preconceitos e discriminação pelo jeito de ser culturalmente e por causa da língua. Cada povo possui uma cultura diferente, seus costumes e regras, independentemente da cor e etnia.

A educação escolar é fundamental para modificar ou revolucionar, qualquer sociedade. Por isso quando falamos da inclusão da criança indígena com deficiência na

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

escola, não podemos deixar de falar das pessoas que amparam e protegem do preconceito da sociedade envolvente e da falta de conhecimento das próprias famílias sobre os diversos tipos de deficiências que acometem as crianças indígenas, referidas nesta pesquisa. Para tanto salientamos que o processo de inclusão é algo novo para a sociedade indígena, que por muitos anos as crianças indígenas com deficiências eram invisibilizados, viviam despercebidos pois os pais não tinham conhecimentos clínicos e pedagógicos sobre as limitações apresentadas pelas crianças que por muitas vezes eram motivos de vergonha, defeituosas, abandonadas a própria sorte. Precisamos aguçar o diálogo nas comunidades indígenas, compreender o que é conhecimento clínico da área da saúde e o que são os conhecimentos e saberes tradicionais da cultura, bem como os saberes pedagógicos.

O termo deficiência ainda é pouco discutido nas comunidades indígenas onde residimos, a nosso ver isso dificulta bastante o conhecimento das famílias, e afasta o filho da inclusão educacional.

A educação escolar tem o papel fundamental na difusão dos conhecimentos entre as comunidades, seja na questão histórica, geográfica, econômica, social e cultural, sendo um instrumento de transformação e libertação de uma sociedade.

Levando-se em consideração o fato de uma das pesquisadoras ser pertencente a etnia pesquisada, e da experiência de atuação na área da educação das demais integrantes, possibilita-nos afirmar que para os pais indígenas as incapacidades de ouvir, visualizar e andar, impedem que as crianças façam parte da sociedade Guarani e Kaiowá. No entanto salientamos que o fator cultural repassado de geração a geração influência na questão da interação da criança seja na escola ou na comunidade.

Na maioria dos casos, o convívio familiar desta criança não é conhecido na escola, onde muitas vezes a mesma tem que enfrentar o medo da rejeição dos colegas, o que poderia afetar a aprendizagem desse aluno, o que justifica a relevância do papel da escola no acolhimento do aluno.

Atualmente a inclusão da criança indígena com deficiência, apesar de complexa está um pouco melhor com a formação de professores indígenas especializados para atender os alunos. Até então, superada a maior dificuldade de trazer os alunos com deficiência para a escola, surge a questão da língua e da falta de materiais pedagógicos específicos confeccionados na língua materna, pois na época a maioria dos professores das salas de

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

recursos não eram indígenas falantes da língua mãe, dificultando assim a comunicação e o ensino aprendizagem.

Hoje, a maioria dos professores que atuam na área da Educação Especial são indígenas, cursistas da formação continuada oferecido pela secretaria de Educação do município. Com muitos desafios a serem superados, a escola indígena Guarani/Kaiowá abre suas portas para receber este público, oferecendo cursos para intérpretes de libras, braille, possibilitando que seus profissionais estejam aptos a atender os alunos com deficiência, garantindo um direito previsto em lei, e uma certa transformação inclusiva com professores especializados em Educação Especial, Psicopedagogia, Neuropsicologia e autismo.

É de extrema importância dialogar com os pais, para que reflitam sobre a possibilidade e obrigação do filho com deficiência ser tratado como todas as crianças, oferecendo educação de qualidade, diferenciada e inclusiva para o aluno, onde os professores, a escola e a comunidade trabalham unidos através de um currículo adaptado para atender as necessidades especiais, pois na educação inclusiva entende-se que o currículo da escola tem que ser adaptado para necessidades educacionais especiais de cada um.

Como bem nos assegura Minetto (2008), o currículo escolar para educação inclusiva é desenvolvido e preparado de acordo com a deficiência que acomete o educando, após identificar a limitação do aluno, a metodologia pode ser preparada de acordo com a especificidade do aluno, ou seja, diversificar as aulas a fim de ensinar todos de maneira igualitária.

E para que os atendimentos dessas crianças sejam de qualidade, específicos, diferenciados e inclusivos, os professores precisam buscar constantemente estratégias que auxiliam o processo inclusivo desse aluno. Os conteúdos e as informações devem ser devidamente planejados para que eventuais problemas na aprendizagem desse aluno sejam solucionados, garantindo ao aluno uma aprendizagem de qualidade.

Cabe ao professor acompanhar com dedicação as atividades propostas dentro do currículo escolar indígena, trabalhando de maneira diferenciada, com materiais que possam facilitar o aprendizado, mediando a relação do aluno com o conhecimento, através do seu discurso e atitudes, para tanto é necessário que haja diálogo em relação aos princípios e crenças que permeiam a educação indígena e sobretudo a educação escolar indígena e suas particularidades.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Educação Inclusiva no Município de Amambai-MS e a Modalidade Educação Escolar Indígena

Queremos neste tópico, deixar registrado um breve histórico de como se iniciou os primeiros atendimentos da educação inclusiva no município de Amambai-MS. Em diálogo com uma servidora que atua na Educação Especial há mais de duas décadas no município, os primeiros atendimentos realizados nas escolas indígenas ocorreram em meados do ano 2000 (dois mil), juntamente com a Lei da Inclusão sob o n° 10.098 de 19 de dezembro/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência/mobilidade reduzida; A rede municipal era responsável por toda a Educação da modalidade da Educação Escolar Indígena, e não havia demanda declarada para Educação Especial até o momento. Porém realizava-se visitas nas escolas, bem como ouvia-se as necessidades dos pais conforme a equipe era solicitada.

Em 2008 (dois mil e oito), um certo dia em visita na aldeia Jaguari, a uma família, foi identificado pela primeira vez, uma estudante com Síndrome de Down, sendo que foi fácil a identificação, devido as características físicas que é visível, nesta síndrome como por exemplo os dedos mais curtos, o rosto aplanado, língua grande e pescoço alargado. Neste mesmo atendimento uma mãe vizinha relatou que tinha em casa uma criança que não caminhava, ficava sempre deitada, movimentava pouco os braços, que pelas características poderia ser PC (Paralisia Cerebral), então combinou que iria no período da tarde visitar a criança, que estávamos na era da inclusão que poderia ajudar, fazer algo por sua criança, porém não demorou muito tempo, a mãe voltou e disse que tinha se enganado, que a criança já não morava mais em casa, tinha ido embora para outra aldeia. Percebeu-se que era a negação, o medo, a fuga... e assim se deu os primeiros atendimentos para a educação inclusiva.

Entre os anos de 2008 e 2009, conseguiu-se uma parceria com uma fonoaudióloga para realizar o exame de audiometria na cidade de Ponta Porã, encaminhando duas crianças, as mães concordaram em levar as crianças, um menino e uma menina que foram identificados com surdez bilateral e então fez-se o encaminhamento para o atendimento em Libras, com uma professora especialista. A família não aceitou a menina, que foi praticamente escondida, parou de estudar na escola. E o menino aceitou a ajuda por pouco tempo, devido problemas sociais na aldeia acabou evadindo-se da escola. Após dez anos a menina foi encontrada na escola Estadual que foi inaugurada na aldeia, estudando o ensino

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

médio e encontrou muitas dificuldades já havia se casado e em uma condição difícil por não aceitar o atendimento individualizado. A partir daí a equipe da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), repensou a maneira de como entrar na aldeia para que a comunidade pudesse entender a importância do atendimento por um profissional especializado, explicando que uma criança que nasceu com determinada deficiência e ou dificuldade, mas que poderia interagir, aprender e evoluir com a ajuda de profissionais, identificando qual era a necessidade. Assim, conversando com alguns professores, citando alguns exemplos na comunidade que já tinha o atendimento, que já haviam evoluído, situações vivenciadas de dificuldades e relatadas por alguns professores, de alguns estudantes que sofriam de epilepsia (convulsão), as pessoas da escola iam todos embora e a criança ficava literalmente sozinha na escola sofrendo. Vale ressaltar que são situações que seguem sendo vivenciadas inclusive na universidade. Na etapa passada tivemos relato de uma professora que durante as aulas na FAIND (Faculdade Intercultural Indígena), onde muitos dos professores de Amambai também estudam, um aluno sofreu um ataque epilético e os companheiros se evadiram, deixando-a sozinha, sem condição de socorro.

Então o que se pensou foi: como vamos abrir uma sala de recurso, com a dificuldade de aceitação? E decidiu-se: Vamos abrir uma sala de reforço, começando pela explicação do que é uma sinapse. E assim se iniciou o atendimento da Educação Especial nas escolas indígenas, em uma sala de recurso em uma primeira escola, porém com o nome de “sala de reforço”. Com o passar do tempo perceberam que os estudantes que frequentavam a sala, estavam evoluindo, aprendendo e assim os pais começaram se interessar. Foi então explicando que as crianças precisavam de um laudo médico, para identificar qual as necessidades específicas, que eles precisavam ir a um especialista, de um exame, que teria também a possibilidade de receber um benefício para ajuda com medicação, terapia entre outras despesas e assim começaram os atendimentos com um neurologista na cidade de Dourados.

Já com estas experiências evidenciadas pela equipe da educação inclusiva, iniciou-se as primeiras demandas na escola estadual trabalhando a questão das altas habilidades, selecionando os alunos identificando os talentos e as dificuldades, dosando a necessidade pedagógica, com a arte deles na sala de reforço, e assim foi-se identificando os estudantes e aos poucos foi inserindo a sala de recurso, onde se fazia também o atendimento para aqueles alunos indígenas que estudavam na cidade.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Com os avanços e novas deficiências identificadas, apareceu uma menina, mocinha já, que não frequentava a escola, a mãe disse que não levava para a escola porque não tinha jeito, ela não enxergava. Em diálogo com a mãe foi possível fazer ela acreditar e perceber que a filha podia interagir com o meio ao seu redor, através de tarefas direcionadas conversando com ela, pedindo para ela caminhar para frente, a direita, identificando objetos através do tato e assim a mãe aceitou matricular a menina na escola próxima de onde mora, estava inclusive na frente da escola, já com uma idade avançada foi matriculada no primeiro ano do ensino médio.

Com a luta entre erros e acertos, muitas inquietações foram surgindo e vieram outros questionamentos para a equipe da SEMED, como por exemplo sendo eles não-indígenas (os professores AEE), como poderíamos ampliar, melhorar o entendimento para a comunidade indígena, sendo eles de uma outra língua? Percebendo que existem muitas dificuldades, as diferenças da linguagem dificultavam o entendimento. Foi então que a técnica, se lembrou dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos), quando observou uma professora indígena (Aparecida Benites), em seus afazeres e percebeu sua habilidade, carisma, dinâmica, dedicação e a convidou para trabalhar na educação especial indígena junto à SEMED, integrante da equipe desde 2021, estamos na luta seguimos em busca de melhoria junto aos estudantes e toda comunidade escolar, assim finalizamos o diálogo com Raquel Cazari.

Resultados e Discussões

Por meio de análise documental do ano de 2023 pudemos identificar os CIDs (Codificação das doenças), que estão aparecendo com maior frequência nos laudos indicados pelos profissionais da saúde aos estudantes alvos da educação inclusiva no município de Amambai, e aqueles mais relevantes que merecem atenção dobrada, por parte da equipe e todos os profissionais envolvidos, desde exames, laudos e o encaminhamento no atendimento destes alunos. Pudemos verificar, como demonstra o gráfico 1, a predominância dos CIDs (Classificação Internacional de Doenças): F71; f81; f81.2; F84; f90; G80; F80; F90; F70. Cada CID foi descrito brevemente na sequência e de acordo com a frequência de registro (Figura 1).

Figura 1: Demonstração dos CIDs com maior frequência nos atendimentos da Educação Especial Indígena/ Inclusiva no ano base de 2023.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

A partir dos dados apresentados, queremos aqui relatar e descrever brevemente os CIDs em ordem crescente, que tiveram os maiores índices no ano de 2023. Iniciamos com o F71 que caracteriza a Deficiência Intelectual Moderada (DI); O F70 Deficiência Intelectual Leve; e o CID F72 caracteriza a Deficiência Intelectual Severa (CID-10), ressaltando que este último, não foi evidenciado um alto índice nesta pesquisa.

A DI é definida como um prejuízo na funcionalidade por importantes limitações, tanto no funcionamento do intelecto, quanto no comportamento adaptativo ao nível conceitual, social e prático. Nos primeiros manuais sobre a Deficiência Mental, as pessoas que a possuíam eram definidas como idiotas, mais tarde, imbecis ou retardados mentais, terminologias que foram mudando ao longo do tempo.

Pan (2011) questiona qual o termo politicamente correto para os tempos atuais: deficiência mental, retardo mental, deficiência intelectual, excepcional, deficiente, pessoa com deficiência ou pessoas com necessidades educativas especiais. Segundo esta autora, o termo mais comum encontrado nas legislações e na produção científica é deficiência mental. Em 2010, chegou-se a um consenso, no que tange ao melhor termo para essa deficiência, passando a ser definida como Deficiência Intelectual (DI). E, na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotou-se este termo (DI) (CUNHA, p.18; 2022).

Para Barbosa, Buzetti e Costa (2019), é necessário que o professor conheça o seu aluno, as suas capacidades e dificuldades, os seus gostos, para poder pensar em estratégias de adaptação mais adequadas. Neste sentido, não há uma receita para oferecer ao aluno com deficiência intelectual um ensino adequado, pois cada aluno é único.

Os CIDs, F81.0 e F81.2; caracterizam o Transtorno específico do desenvolvimento das habilidades escolares e aritméticas. É uma categoria que engloba dificuldades específicas

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

no aprendizado de habilidades escolares, não são resultados de falta de oportunidade de aprendizagem ou retardo mental, não são causadas por traumatismo ou doença cerebral. O F81.0 Transtorno Específico de Leitura: conhecido como dislexia, caracteriza-se por dificuldades na leitura de palavras, compreensão do sentido do texto e ortografia. O F81.2 Transtorno Específico da Habilidade em Aritmética: Também conhecido como discalculia, envolve dificuldades no domínio do senso numérico, fatos numéricos e cálculos CID-10). Estudantes com essas dificuldades, precisam receber intervenções adequadas para melhorar seu comportamento, desempenho escolar e qualidade de vida.

Percebe-se que por parte da área da saúde, a demanda por avaliação e diagnóstico sobre questões de aprendizagem está crescendo nos serviços públicos, para direcionar os métodos de intervenção e minimizar as dificuldades de aprendizagem, é necessário identificar os fatores que levam ao fracasso escolar e diferenciar as dificuldades escolares.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), atualmente chamados de Transtornos do Espectro Autista (TEA) são distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida, mas que podem também obter diagnóstico tardio na juventude. Caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades, caracterizado pelo CID F84. A partir do ano de 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) e o Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID- 10) trazem em sua definição o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao invés de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Essa nova definição enfatizou que tais transtornos apresentam aspectos em comum entre si como: déficit na comunicação e interação social, padrão de comportamentos, interesses restritos e atividades repetitivas.

Percebeu-se, portanto, que é necessário então, oferecer um ambiente favorável para a aprendizagem, evitando dispersão ou irritabilidade, trazer instruções visuais claras e objetivas, apresentando frequentemente atividades lúdicas nas quais os alunos possam interagir e construir o conhecimento. Ao pensar em adaptação para os alunos com TEA é preciso levar em consideração aspectos como: as atividades devem ser pensadas nas particularidades do aluno, visando os conteúdos a serem desenvolvidos no ensino regular, as adaptações precisam ser focadas em estratégias comportamentais, oferecer ao aluno estímulos sensoriais que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem, utilizar-se de dicas

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

visuais e partir sempre do mais simples para o mais complexo. (BARBOSA, BUZETTI, COSTA. P.86,87; 2019).

Continuando a observação dos CIDs que foram frequentes no ano de 2023, destacamos o F90, que caracteriza o TDHA (Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade). Para um dos maiores estudiosos desta temática, o professor pesquisador e médico psicólogo, psiquiatra e neurologista Russell Barkley (2020), este transtorno se refere a um comprometimento da vontade ou da aptidão da criança para controlar seu comportamento em relação à passagem do tempo, isto é, de ter em mente metas e consequências futuras. Não é um estado temporário que será superado na maioria dos casos, ou uma fase desafiadora, mas normal da infância. Não é causado por uma falha dos pais em disciplinar o filho ou em criá-lo de modo adequado, nem sinal de alguma espécie de "maldade" inerente ou de falha moral da criança. O TDHA é um transtorno real, um problema real e, com frequência, um obstáculo real. Pode ser doloroso e se tornar um teste para os nervos dos pais se não for tratado adequadamente.

O CID G80, que se refere à Paralisia Cerebral, também chamada encefalopatia crônica não progressiva, é a causa mais frequente de deficiência motora na infância e refere-se a um grupo heterogêneo de condições que cursa com disfunção motora central, afetando o tônus, a postura e os movimentos. Decorre de lesão permanente ao cérebro em desenvolvimento e apresenta-se de forma variável em termos de distribuição anatômica da lesão, gravidade de acometimento motor e sintomas clínicos associados. A grande variabilidade requer que estes pacientes e suas famílias sejam abordados de maneira sistematizada levando em conta dimensões amplas de atenção à saúde (PEREIRA, p.50; 2018).

Quanto ao CID F80, que caracteriza o Transtorno Específico do Desenvolvimento da Fala e da Aprendizagem, estudo realizado por Menezes (2017), salienta que foi classificado como "Transtorno do Neurodesenvolvimento". O diagnóstico do "Transtorno Específico de Aprendizagem" é estabelecido quando o escolar apresenta as seguintes manifestações: leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta, demandando esforço; leitura de palavras isoladas de forma incorreta, adivinhação e dificuldade de soletração; dificuldade para compreensão do sentido do que foi lido; dificuldade na ortografia, sendo observado adição, omissão ou substituição de vogais e consoantes; dificuldade de escrita, com múltiplos erros de gramática e pontuação, além da expressão escrita das ideias sem clareza;

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

dificuldade para dominar o senso numérico; dificuldades no raciocínio e as atividades cotidianas. O contexto escolar das comunidades indígenas Guarani e Kaiowá vivenciam uma complexidade da comunicação bilingue ou plurilíngue, o que pode estar interferindo para que ocorra uma aprendizagem significativa.

As diretrizes Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2010) evidenciam que o AEE (Atendimento Educacional Especializado), tem função complementar ou suplementar à formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. É importante e necessário que o professor do AEE desenvolva parceria com o professor da sala de aula comum, para que as adaptações curriculares aconteçam de acordo com as especificidades de cada estudante, para que ocorra a promoção de atividades compatíveis ao desenvolvimento proporcionando atividades significativas.

Em pesquisa realizada por Minetto (2008) foi constatado que 61% dos professores não se sentem preparados para receber estudantes com deficiências ou transtornos específicos em sala de aula, fato este que justifica a importância da temática Educação Inclusiva, nas formações inicial e continuada para os cursos de licenciaturas.

Quadro 3: Demonstração da inclusão dos estudantes no atendimento educacional especializado entre os anos de 2020 a 2023, nas quatro escolas alvos desta pesquisa.

ESCOLAS AVALIADAS	2020	2021	2022	2023
A	20	23	30	29
B	12	11	9	12
C	1	9	8	8
D	4	12	10	8
TOTAL DE ESTUDANTES POR ANO	37	55	57	57

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Ficou evidenciado por meio do quadro apresentado que, entre os anos de 2020/2021 houve aumento significativo, considerando que mesmo no tempo pandêmico, houve a inserção de 18 (dezoito) estudantes na educação especial, no somatório dentre as quatro escolas estudadas. Neste mesmo viés, podemos dizer que nos anos de 2021/2023, obteve-se

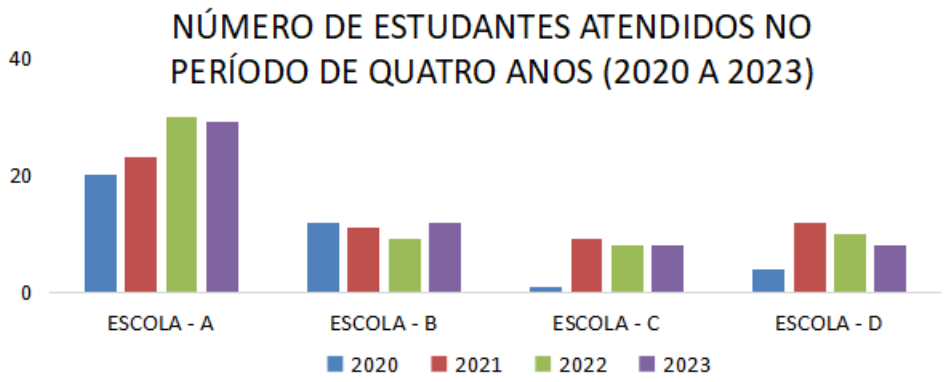
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

um total de apenas 2 (dois), estudantes inseridos no Atendimento Educacional Especializado. Como nos relatou a técnica, "para trabalhar na educação especial existe uma magia, uma alma espiritual, com sonhos de ajudar sua comunidade, algo especial e assim os professores indígenas começaram a se especializar na educação inclusiva".

Foram aumentando os atendimentos e as salas de recursos, que atualmente pode-se contar com uma média de seis salas, entre as aldeias do município, atendendo aproximadamente 60 (sessenta) estudantes, o que tem possibilitado que a educação inclusiva esteja sendo realizada nas escolas das 3 (três) terras indígenas existente no município, abrindo novos horizontes, identificando novos estudantes e novas descobertas, laudos diferenciados, como a identificação da microcefalia, autismo, paralisia cerebral, podendo valorizar o potencial, habilidades destes estudantes, criando metodologias diferenciadas com objetos físicos, criando a autonomia e proporcionando a equidade entre todos.

De acordo com os dados apresentado na Figura 2, podemos observar que houve aumento significativo de estudantes inseridos na Educação Especial/Inclusiva nas quatro escolas analisadas.

Figura 2: Número de estudantes atendidos entre os anos de 2020 a 2023, nas quatro escolas alvos desta pesquisa.



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Entre os anos (2020 e 2021), que foi o período de pandemia da COVID-19, mesmo com o isolamento e aulas remotas houve procura, isto demonstra que a comunidade escolar

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

indígena está percebendo os efeitos e a importância de uma educação inclusiva e seus direitos por recursos e atendimento por uma educação igualitária. Isso demonstra que a equipe da SEMED de Amambai está tendo retorno em seus atendimentos e visitas com os familiares destes estudantes.

Considerações Finais

O entendimento do estudante especial para o Guarani e *Kaiowá* leva-se em consideração as questões culturais dos mais antigos, valores estes que precisam, ser incorporados ao modelo pedagógico da escola indígena, como processos da educação especial na educação indígena, deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Dentre os CIDs indicados pelos especialistas da área da saúde, o F71 apareceu com o maior índice no ano de 2023, nas planilhas da equipe SEMED/Amambai, o que caracteriza a identificação da presença de Deficiência Intelectual Moderada (DI); Seguido pelo F70, que caracteriza a Deficiência Intelectual Leve. Ambos são definidos como um prejuízo na funcionalidade por importantes limitações, no funcionamento do intelecto quanto no comportamento adaptativo ao nível conceitual, social e prático. O termo mais comum encontrado nas legislações e na produção científica para estes dois CIDs, é deficiência mental.

Ficou evidenciado que está havendo avanços na inserção dos alunos especiais ao decorrer dos anos de 2020 a 2023, mesmo em tempos da pandemia (COVID-19). A comunidade escolar indígena aos poucos, tem buscado por seus direitos, para que realmente a educação inclusiva aconteça, conjuntamente com a equipe SEMED-Amambai, que está trabalhando por uma educação escolar indígena especial, para que esta seja inclusiva e alcance a equidade.

As políticas educacionais, especificamente as voltadas para a educação especial/indígena, precisam ser pensadas e repensadas entre outras políticas públicas, podemos pensar neste caso entre as políticas da saúde e social principalmente. Enfim, esperamos que a partir destes dados aqui apresentados, está pesquisa seja um instrumento de orientação a outros pesquisadores, um convite a mergulhar neste universo das crianças especiais/indígenas, para que assim assegure o direito, a aprendizagem, o bem-estar social,

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

e inclusão, respeitando as especificidades de cada etnia, para que assim seja eliminado a invisibilidade destes alunos no contexto escolar.[3]

Referências

BARBOSA, Regiane da Silva. BUZETTI, Miryan Cristina. COSTA, Maria Piedade Resende. **Educação Especial, Adaptações Curriculares e Inclusão Escolar: Desafios na Alfabetização.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 105p.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: Acesso em 24 de novembro de 2023.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. República Federativa do Brasil], Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiv**a. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf.

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei **Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência),** 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da educação Básica, 2022.

Brasília, 1988. **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

[3] Agradecemos a Ñandesy Kuña Vera Rendy, Raquel Cazari pelas contribuiçções e Zita Centenaro em nome da Secretaria Municipal de Educação de Amambai- MS; Aos Professores especialistas/indígenas (Guarani e Kaiowá), que dedicam sua vida profissional à modalidade de ensino Especial/Indígena.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; SÁ, Michele Aparecida de; SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago de. Pontos e contrapontos da articulação entre educação especial e educação escolar indígena. In: NOZU, Washington Cesar Shoiti; SILVA, Aline Maira da; AGRELOS, Camila da Silva Teixeira (Org.). Pesquisas em educação especial em Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João, 2021. p. 45-61.

CID-10 – Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Organização Mundial da Saúde, trad. Dorgival Caetano. Artes Médicas: Porto Alegre, 1993.

CIDADES-BRASIL. **Município de Amambai, MS**. 2023. Disponível em: Amambaí - Informações sobre o município e a prefeitura (cidade-brasil.com.br)

CUNHA. Maria Serrati. Adaptações curriculares de pequeno porte para o aluno com Deficiência Intelectual. **Dissertação de Mestrado**. Escola Superior de Educação de Coimbra. 101 p. 2022.

COELHO, Luciana Lopes: BRUNO.Marilda Moares Garcia. A Interface entre Educação Escolar Indígena e a Educação de Surdos no MS. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, 2023.

LESCANO, Claudemiro Pereira; HEITOR Queiroz De Medeiros. **Os pilares da educação Guarani Kaiowá: Kunumi há Chamiri – a criança Kaiowá.** *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 297-317, set./dez. 2019.

MARTINS, Racquel Valério; MELO, Renato Alves Vieira de; VILLA, Fernando Gil. Combatir el maniqueísmo por medio de la educación. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 40, n. 76, p. 48-56, maio/ago. 2018.

MENEZES, Alessandra Antonia Vinokurovas Bezerra. P**rocessamento auditivo em crianças com transtorno de aprendizagem e dislexia .** Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília, f. 80; 2017.

Minetto, Maria. de Fatima. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. (2a. ed.). **Revista Atual. Ampli**, Curitiba: IBPX. (2008).

MORAIS; Jayson de Souza .e PALMA; Rogério. Educação Escolar Indígena Contra o Epistemicídio. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 217-232, jan./jun. 2019.

NOZU; Washington Cesar Shoiti; RIBEIRO; Eduardo Adão; BRUNO Marilda Moraes Garcia.Interface entre Educação Especial e Educação do Campo: a produção científica em teses e dissertações. I**nterfaces da Educ.**, Paranaíba, v.9, n.27, p. 317-349, 2018

NOZU; Washington Cesar Shoiti; PETELIN, Kátia Pereira; SÁ Michele Aparecida de Sá. Produção Científica Brasileira Nas Interfaces Educação Especial E Educação Escolar Indígena. **Perspectivas Em Diálogo.,** Naviraí, v. 10, n. 24, p. 413-433, jul./set. 2023.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

PAN. Miriam Aparecida Graciano de Souza. **Direito a Diferença**: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e Educação inclusiva. **Itanhaém: Ipex**.; 2011.
PEREIRA, Heloisa Viscaino. **Paralisia cerebral;** Departamento de Pediatria. Residência Pediátrica. p.49-55 2018.

RUSSELL A.Barkle y. **TDHA: transtorno do déficit de atenção com hiperatividade**; tradução Luis Reyes Gil 1. Título original: **Taking Charge of ADHD The Complete, Authoritative Guide for Parents**. ed- Belo Horizonte: Autêntica - (Coleção Aprendendo a Viver), 2020.

SILVA; Wanderson Diogo Andrade e GOMES; Suzana dos Santos: A Educação Especial nos cursos de Licenciatura em Química das Instituições Federais de Educação Superior do Ceará ORCID: **Revista Educação Especial** | v. 36 | 2023 – Santa Maria Disponível em: ; Abril; 2023.

SOARES, Josélia Ferraz. A representação social de uma mãe indígena com filho que possui paralisia cerebral. 2009. 100 f. **Dissertação –Mestrado em Psicologia,** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2009.

SOUZA, Vania Pereira Silva. Crianças indígenas Kaiowá e Guarani: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região da Grande Dourados. 2011. 145 f. Dissertação –Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2011.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.